

Déficit compromete 88% das reservas cambiais

Aqilberto Lima/AE

Pagamento de 30% do empréstimo feito pelo BIS e Japão reduziu recursos do País a US\$ 42,78 bilhões

ANGELA BITTENCOURT

O governo brasileiro amortizou 30% da primeira parcela do empréstimo de emergência concedido ao País pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS) e Banco do Japão. Resultado: as reservas cambiais caíram a US\$ 42,784 bilhões na sexta-feira. Esse declínio apenas agravou um relevante indicador de risco no mercado internacional, que considera o comprometimento das reservas com o déficit em transações correntes do balanço de pagamentos de um país.

Considerando-se os dados oficiais do setor externo, de janeiro a maio, seriam necessários 88% das reservas internacionais para cobrir o déficit acumulado em 12 meses, de US\$ 32,074 bilhões. Em base anual, esse é o percentual de risco mais elevado desde 1986, quando o governo Sarney teria de utilizar hipoteticamente 115,7% das reservas para cobrir o rombo externo. Mas, há 13 anos, quando o País mergulhava no Plano Cruzado, as reservas cambiais eram mirradas, de apenas US\$ 4,58 bilhões.

Levando-se em conta, porém, apenas o último dado, referente a maio de 1999, esta relação de saldo de transações correntes sobre reservas era de 73,9%, pois as reservas pelo conceito de caixa alcançaram US\$ 43,362 bilhões no fim do mês passado.

Há a hipótese de o déficit em transações correntes permanecer em torno de US\$ 32 bilhões, em termos anualizados agora em junho. As reservas brasileiras líquidas – descontando os recursos de emergência repassados ao Brasil desde o fim do ano passado – nem sequer alcançam US\$ 24 bilhões ou 25% abaixo do déficit a ser coberto. Isto significa dizer, portanto, que o pacote de ajuda internacional é decisivo para o Brasil, sobretudo, porque, para especialistas em finanças internacionais, o



Malan: pacote de ajuda externo é decisivo para aliviar comprometimento de reserva cambial com déficit

comprometimento tolerável de reservas cambiais de um país com seu déficit em transações correntes é de 50%.

O governo FHC tem-se mostrado satisfeito com as contas fiscais e externas. A primeira atende o acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI); a segunda, acreditam as autoridades monetárias, por evidenciar melhora de investimentos externos diretos, que vem, de fato, superando o déficit em transações correntes neste ano. As estatísticas não mentem e tampouco o governo está blefando com seu otimismo, mas, observados com maior atenção, os dados do Banco Central apenas confirmam que o Brasil tem diminuído seus gastos externos porque está com sua atividade travada. O País está mais pobre e, pior, sem dinheiro para passeio.

Algumas das justificativas do BC para a redução das despesas externas são as seguintes: a queda na importação de bens e serviços não fatores de produção, com destaque para transportes e viagens internacionais, e as despesas líquidas com lucros e dividendos.

Aumentaram, em contrapartida, os pagamentos líquidos de juros e despesas líquidas com serviços diversos relativos a fatores de produção.

**É O PIOR
RESULTADO
DESDE
1986**

Rotatividade – Os dados do BC mostram ainda elevada rotatividade dos investimentos externos captados pelo País. De janeiro a maio, 41,8% do total de investimentos externos, US\$ 14,252 bilhões, tomaram o rumo de casa. Esse resultado é inferior aos 59,9% observados em 1998. E a melhora do indicador resultou, sobretudo, da relação retorno sobre ingresso de investimentos exter-

nos diretos e também de portfólio.

No ano passado – caótico com a moratória russa – os investimentos em portfólio apresentaram saldo negativo. Isto é, o volume de investimentos que deixou o Brasil superou em 7,9% os ingressos contabilizados em 12 meses. Quanto aos investimentos externos diretos, em 1998 cerca de 9% do que chegou, partiu. Mas, nos primeiros cinco meses deste ano, 75% dos investimentos em portfólio foram embora e 7,7% dos investimentos diretos, que confirmam uma trajetória respeitável.

De janeiro a maio, esses investimentos diretos (que incluem reinvestimentos) somaram US\$ 10,724 bilhões, correspondendo a 85,7% dos investimentos totais contabilizados em cinco meses. Um detalhe que não deve ser desprezado, porém, é que desses US\$ 10,724 bilhões US\$ 5,018 bilhões (46,8% do total) foram contrapartida de privatizações, incluindo o pagamento adiantado de concessões do Sistema Telebrás privatizado em meados de 1998.